

Uma vela para Dario e o direito constitucional: uma perspectiva jurídica entranhada no conto Trevisaniano

A candle for Dario and constitutional law: a legal perspective intrancted in the Trevisaniano short story

Katya Keyla Santana Sousa

Estudante de Direito pela Universidade Estadual do Tocantins-UNITINS. Graduada em Letras – Português/ Literatura pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. Especialista em Teoria da Literatura pela Universidade Estadual do Maranhão

Kamila Soares Leal

Mestra em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté-UNITAU. Especialista em Prática Avançada Previdenciária pelo Damásio. Especialista em Direito Processual Civil pelo Centro Universitário Internacional – UNINTER. Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Rio Sono. Bacharel em Direito pela Faculdade do Bico do Papagaio – FABIC.

DOI: 10.47573/aya.5379.2.82.6

RESUMO

O presente artigo objetiva realizar a análise do conto Uma Vela para Dario, de Dalton Trevisan, com o intuito de encontrar traços correspondentes a alguns artigos da Constituição Federal de 1988, buscando uma reflexão jurídica na obra trevisaniana. Quanto aos procedimentos técnicos, o trabalho apresenta um estudo por meio de uma pesquisa bibliográfica e exploratória, adentrando numa abordagem qualitativa. Apoiado na semiótica, vasculha-se os signos linguísticos, juntamente com a compreensão dos artigos constitucionais. Este trabalho apresenta o intercruzamento entre Direito e Literatura, contribuindo com os diálogos entre esses discursos tão distintos, o texto literário e a abordagem jurídica. A pesquisa propiciou o entendimento de que a personagem Dario no decorrer da narrativa teve seus direitos negados pela sociedade e negligenciados pelo Estado.

Palavras-chave: literária. constituição federal. semiótica. direitos. Estado.

ABSTRACT

This article aims to analyze the short story A Candle for Dario, by Dalton Trevisan, in order to find traces corresponding to some articles of the Federal Constitution of 1988, seeking a legal reflection on Trevisan's work. As for technical procedures, the work presents a study through a bibliographical research, entering into a qualitative approach. Supported by semiotics, linguistic signs are searched, together with the understanding of constitutional articles, aiming at exploratory research. This work presents the intersection between Law and Literature, contributing to the dialogues between these very different discourses, the literary text and the legal approach. The research provided the understanding that the character Dario throughout the narrative had his rights denied by society and neglected by the State.

Keywords: literary. federal constitution. semiotics. rights. state.

INTRODUÇÃO

A Literatura, fonte multiforme de dizeres, possibilita ao ser a oportunidade de revisitar histórias, muitas vezes perpetuadas pelo tempo, inesgotáveis de plurissignificação, e, por isso, podendo vir recobertas com roupagens diferentes e trazendo contribuições inextricáveis aos seres.

Para Eagleton (2006, p.18), “O discurso literário torna estranha, aliena a fala comum; ao fazê-lo, porém, paradoxalmente nos leva a vivenciar a experiência de maneira mais íntima, mais intensa.”

A obra literária possui uma linguagem capaz de fazer com que o leitor adentre no texto e consiga assimilar uma interpretação mais exacerbada da escrita. Importante observar que os objetos, as paisagens, os números, o que é colocado ou retirado de um local, pode ser visto como um meio de enxergar além.

Bosi (2007) ressalta a diferença entre o olhar e o ponto de vista. Enquanto aquele é

móvel, este não tem essa característica. De acordo com o autor, o olhar seria mais abrangente, como também cognitivo, e por vezes, emotivo ou passional, uma vez que no olhar está implícito tanto o processo da inteligência quanto o do sentimento.

Dalton Trevisan em *Uma Vela para Dario* utiliza-se de um cenário bastante representativo e suscitador de investigabilidade acerca do desvelamento de Dario, bem como o posicionamento social exercido pelas pessoas que aparecem no conto. Percebe-se durante o texto, objetos que traduzem os estados interiores dos seres que perpassam a obra, bem como outros trechos que trazem à tona uma temática bem pertinente e põe a personagem principal num processo angustiante para aquele que destrincha o conto. O narrador do texto leva o leitor a um espaço que a cada instante torna-se mais abafado, dando indícios de que a personagem será inserida num processo de terminalidade indigna.

Do outro lado da investigação, há o texto da Carta Magna, de 1988. A CF traz em seu artigo 5º os “Direitos Fundamentais”, os quais são de suma pertinência para uma vida mais digna do cidadão brasileiro. De acordo com Canotilho (*apud* Moraes, 2018, p.68) os direitos fundamentais exercem “A função de direitos de defesa dos cidadãos (...)”. Fazendo um paralelo entre o texto constitucional e o conto, o leitor entende que Dario não teve seus direitos resguardados, os quais a ele não são ofertados pela sociedade, observa-se uma retirada gradativa de cada uma das possibilidades de Dario ser “gente”. Dentro desse texto, evocam-se, também outros artigos da Constituição que possuem uma intrínseca relação com a dignidade do homem.

Observou-se, então, que tudo está entrelaçado, sendo necessário lançar um olhar mais aguçado, assim, obtendo um sentido mais amplo do cerne da obra literária. Compreendeu-se, também, que a Carta Magna de 1988 elenca os Direitos Fundamentais, bem como outros que estão relacionados ao cidadão, trazendo uma discussão bem pertinente ao ser humano, pois eles tornam o homem mais digno e fazem com que seja visto de forma mais profunda.

Diante disso, entende-se que apesar de serem gêneros textuais distintos, os escritos possuem analogias entre si. Esse trabalho objetiva analisar o conto, entremeando essa averiguação com uma comparação de alguns artigos da Carta Magna, buscando uma perspectiva jurídica na obra literária. O vasculhar do texto tem o objetivo de comprovar que o personagem de Trevisan teve alguns de seus direitos desrespeitados e extraídos, demonstrando assim que ele não pôde exercer sua cidadania de forma plena.

Para tanto, esquadrinhou-se, inicialmente, um processo de investigação no conto *Uma Vela para Dario*, utilizando para isso a análise semiótica, fixando principalmente no retirar dos objetos de Dario, mas fazendo uma abordagem dos outros elementos que contribuem para a compreensão da obra. Será realizada também uma comparação observando as convergências e dissensões entre o conto e alguns artigos constitucionais.

O artigo apresenta um estudo elaborado, através de uma pesquisa bibliográfica, partindo de uma abordagem qualitativa, cuja finalidade é a questão exploratória. Essa pesquisa tem o objetivo de contribuir para discussão da temática e provocar o leitor a enxergar que Dario é colocado num mundo no qual a partir da retirada gradativa dos objetos pessoais, ele chega ao ápice da marginalização, colocado de lado e esquecido pelo meio que habita.

A SEMIÓTICA E SEU OLHAR PARA A LITERATURA

O texto literário pode ser um elemento repleto de várias possibilidades interpretativas. Os vocábulos utilizados e escolhidos pelo autor refletem o estado das personagens, os seus próprios mundos. As palavras possuem sua importância, sendo que um código, às vezes, é utilizado de forma relevante para evocar um sentido mais profundo. A linguagem subjetiva que é inerente à literatura permite esse mergulhar nas entranhas humanas e nos mais diversificados sentidos.

A semiótica por sua vez, auxilia nessa compreensão do leitor para com o texto. Esse ramo busca entender os signos linguísticos, tentando alocar sentidos para o ser humano. Assim para Culler (1999) a semiótica é um movimento que objetivou congregar tanto o estudo científico quanto o da comunicação. É necessária então uma investigação mais aprofundada dos signos que ali compõem a obra, a semiótica fornecerá esse subsídio, tornando as palavras mais ricas e carregadas de significação. Relata-se, também, sobre isso que:

A obra literária enriquece e transforma continuamente o simples significado dicionarizado, produzindo novas significações através do choque e da condensação de seus vários "níveis". E, como duas palavras quaisquer podem ser justapostas à base de algum aspecto equivalente, essa possibilidade é mais ou menos ilimitada. Cada palavra no texto está ligada por toda uma série de estruturas formais a várias outras palavras; dessa forma, sua significação está sempre "superdeterminada", ou seja, é sempre o resultado de várias determinantes agindo em conjunto. (EAGLETON, 2006, p.153-154)

Eagleton (2006) ainda diz que a semiótica representará uma crítica, a qual estará incorporada na estrutura das palavras, trazendo para o leitor a sua importância no destrinchar dos códigos apresentados nos textos literários. O texto possui um teor plurissignificativo, a semiótica adentra nesse esmiuçar da linguagem, interpretando o sentido dos signos e dos sinais que se encontram muitas vezes escondidos nos significados dos vocábulos apresentados no texto, uma vez que, essa ciência enxerga a simbologia das palavras.

DALTON TREVISAN E UMA VELA PARA DARIO

Dalton Trevisan, um grande contista brasileiro contemporâneo, criou personagens envolvidos num teor psicológico, baseados em acontecimentos do cotidiano e recobertos por muitas vezes de uma roupagem angustiante.

Trevisan é dono de uma narrativa curta, concisa, apresenta ambientes cruéis e dilacerantes. Seus personagens envolvidos em conflitos, apesar de serem comuns, são dotados de um enredamento e perfazem um caminho que leva a uma crítica fortíssima das relações sociais.

A obra Uma vela para Dario, publicada originalmente no livro "Cemitério dos Elefantes", no ano de 1964, relata a história de Dario, um homem que morre aos poucos no ambiente em que se encontra.

Ele narra que esse homem citado caminha apressado pelas ruas, passa mal e senta na calçada. Durante esse processo, várias pessoas passam por ele, porém não há o auxílio necessário. De uma forma bem cruel, Trevisan diz que a ele foi negado ajuda. Vários objetos são subtraídos, ao longo do conto, sugestionado pelo narrador que as pessoas que ali se encontravam retiraram-nas do personagem.

Só Dario possui nomeação nesse texto, os outros são elencados com características que qualquer um poderia possuir, exemplo disso é “o senhor piedoso”, “o rapaz de bigode”, denotando com essas expressões que as atitudes são condizentes com muitas pessoas da sociedade.

No final do texto, Dario falece e aparece um menino para ofertar uma vela, fazendo com que o leitor compreenda tanto o processo do findar desse homem, como a associação do menino com Dario, pessoas à margem da sociedade.

A CARTA MAGNA DE 1988 E OS DIREITOS DO CIDADÃO

Sabe-se que a história humana sempre foi assinalada por batalhas que visassem uma melhor ocupação dos espaços aos quais o ser estava inserido. Situações conflitantes sempre estiveram presentificadas no que tange o processo do protecionismo. O homem muitas vezes vive cercado por situações que o deixam assaz desprovido de seus direitos, fazendo com que ele vivencie momentos de extremo desconforto e desumanidade.

A Constituição de 1988 veio elencar em vários de seus artigos, leis que visassem assegurar os direitos básicos do homem para que ele pudesse ter uma existência mais justa, garantindo o direito de ser pessoa no sentido mais ampliado que esse vocábulo possa ter. Os direitos fundamentais são aqueles que resguardam o homem de maneira individual, social, política e jurídica, de forma a propiciar um ambiente mais adequado à vida humana. Eles visam garantir a liberdade, a existência, um teor igualitário, a segurança e quaisquer fatores que perpassem a dignidade humana. Lembrando que é pertinente garantir a todos com igual responsabilidade e no mesmo patamar. Sobre isso, Moraes (2018, p.75) afirma que:

A igualdade se configura como uma eficácia transcendente, de modo que toda situação de desigualdade persistente à entrada em vigor da norma constitucional deve ser considerada não recepcionada, se não demonstrar compatibilidade com os valores que a Constituição, como norma suprema, proclama.

Entende-se também, a necessidade do ser humano de viver em comunidade e que essa convivência carrega consigo vários aspectos que permeiam a existência humana. Faz-se de extrema imperatividade um processo de organização e regras a serem cumpridas para que os mesmos possam coexistir de forma adequada e que o Estado deve resguardar esse percurso, mas nem sempre esse convívio é marcado por aspectos positivos.

Os direitos que protegem o cidadão brasileiro são essenciais para que ele possa ter a possibilidade de estar inserido numa sociedade mais justa possível, ter esses direitos salvaguardados é no mínimo garantir um ambiente mais adequado ao ser humano, ao qual a dignidade esteja presente. Barcellos (2018, p.157) relata que “terá respeitada sua dignidade o indivíduo cujos direitos fundamentais forem observados e realizados, ainda que a dignidade não se esgote neles”.

DARIO E SEU ENTRELAÇAMENTO COM O DIREITO CONSTITUCIONAL

O texto "Uma Vela para Dario" é permeado por reflexões relacionadas à sociedade. A partir de uma história aparentemente de alguém que vai morrendo aos poucos, enxerga-se um

meio avesso às questões sociais na qual a personagem Dario está inserida no decorrer desse conto, a retirada dos objetos desemboca na retirada de pertences interiores. Ele está envolto nas condições impostas pelo meio que habita. Dalton Trevisan utiliza-se disso para falar sobre o entranhamento do ser nesse mundo inopino, no qual as interferências externas servem para fazer com que os espectadores percebam a própria falta de auxílio dos seres que perpassam a obra.

Essa tradução de estados interiores angustiantes em presença daquilo que lhe é extraído, traz à tona uma temática bem pertinente ao mundo jurídico brasileiro, ou seja, a abstrusidade da resolução dos conflitos, vê-se no texto diversos momentos em que o personagem sofre as dores sociais, sendo que os direitos que deviam resguardá-lo estão expressos na carta Magna.

Vários signos linguísticos são utilizados para representar esse mundo ao qual Dario adentra. Os objetos apresentados ao longo do conto e suas respectivas retiradas vão demonstrando uma sociedade feroz e um homem que não tem seus direitos primordiais respeitados. Os artefatos utilizados por Trevisan mostram o aprisionamento da personagem e, os seus sufocares exaustivos, bem como salienta os momentos em que esse indivíduo é retirado aos poucos de seu viver enlevado. Esses recortes apresentados muitas vezes vão ser confundidos com próprio ser e vice-versa, já que ambos acabam sendo uma cópia fiel um do outro.

Importante ressaltar que a Literatura abordará no conto uma visão social a qual estará entrelaçada ao Direito. De acordo com SCHWARTZ (2004, *apud* AZEVEDO, 2009, pp. 29-30):

A Literatura vem como fornecedora de informações e subsídios para que o meio social, onde o Direito se desenvolve, seja mais bem entendido, possibilitando novas formas de observação transdisciplinares, que possibilitem a constatação e a superação do distanciamento temporal entre o próprio Direito e a sociedade na qual se insere.

O conto é bastante instigante quanto aos elementos aos quais o leitor se depara ao longo da obra. O guarda-chuva que é inserido logo no início do texto “Dario vem apressado, guarda-chuva no braço esquerdo” (MORICONI, 2009, p. 253), é associado à proteção, visto que esse utensílio é usado, principalmente, para se acastelar do processo chuvoso, quando ele é retirado de Dario “Mas não se vê guarda-chuva ou cachimbo a seu lado” (MORICONI, 2009, p. 253) demonstra a ausência de proteção destinada a ele naquele momento.

Importante ressaltar a assistência que deve ser realizada pelo Estado, o qual é representado pelas pessoas que ali se encontram, não ocorre de forma satisfatória para o personagem, as pessoas retirando essa peça, naquele instante, inserem Dario numa sucessão de acontecimentos ruins. Tirar o guarda-chuva traz a significação de que a partir daquele instante ele está propenso que lhe aconteça quaisquer situações, pois a partir daquele momento ele inicia um processo de desconstrução de dignidade.

Esse fato citado acima pode ser associado à segurança, visto que quando ele não mais a possui é invadido e roubado nesse espaço. Na Carta Magna, o artigo 6º da CF preceitua que “São direitos sociais (...) a segurança (...) na forma desta Constituição”. A segurança que está prescrita nos direitos sociais não é fornecida para Dario nessa ocasião.

A segurança é colocada em cheque em outro momento do conto, uma vez que “O carro negro investe a multidão” (MORICONI, 2009, p. 253). A cor preta do carro traz consigo a ideia de que “absorve toda a luz e não a restitui” (CHEVALIER e GHEERBRANT, 2001, p. 742) “é a cor do luto” (CHEVALIER e GHEERBRANT, 2001, p. 740). Nesse instante, é demonstrando aqui toda a

inexistência do Estado perante o homem, já que Dario não tem esse processo relacionado a ele, vale ressaltar que na CF no caput do artigo 144 vem salvaguardado para o cidadão a segurança pública “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas (...)”.

Outro objeto retirado são os sapatos “Quando lhe tiram os sapatos, Dario rouqueja feio” (MORICONI, 2009, p. 253). O vocábulo sapatos dá a ideia de caminhar, ir, e dentro do texto pode-se entender que o fato dele não estar mais com os calçados preceitua uma prolepse, ou seja, uma antecipação do texto, visto que ele é impedido a partir daquele instante de continuar sua caminhada. Na CF, também, há o enxergar disso quando o inciso XV, do artigo 5º da referida lei diz que

XV -é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens

Percebe-se claramente que para Dario isso não foi considerado, pois a ele foi impossibilitado à continuidade de seu transcurso. Outro objeto passível de análise é o cachimbo inserido no conto “e descansou na pedra o cachimbo” (MORICONI, 2009, p. 253) e, logo após, abolido da história “Mas não se vê guarda-chuva ou cachimbo ao seu lado” (MORICONI, 2009, p. 253), o cachimbo que pode ser entendido como crença, religiosidade, visto que para algumas culturas indígenas a peça é utilizada para buscar a espiritualidade, conforme se observa em

A cultura indígena tem costumes e crenças muito ricos. O uso de ervas para tratamentos medicinais e experiências espirituais é comum entre as tribos, como o petyngué marangatu, por exemplo, um cachimbo de ervas sagradas usado por várias etnias para buscar a espiritualidade. (ECOINFORME, 2018)

Isso pode ser comparado com o artigo 5º, inciso VI da Carta Magna, o qual estipula a inviolabilidade “(...) a liberdade de consciência e de crença (...)”. Esse direito assegurado é olvidado no conto a partir do “sumiço” do cachimbo, pois não se oferta mais a possibilidade de Dario ter sua crença. Há mais uma retirada de aspectos pertinentes a personagem, que pode ser vista no trecho “Dario em sossego e torto no degrau da peixaria, sem o relógio de pulso” (MORICONI, 2009, p. 253). A expressão “relógio de pulso” pode ser comparada com a vida, dado que o relógio está atrelado às horas, à questão do tempo e “pulso” é associado também a esse processo existencial, em razão de que nesse local, no qual o objeto está alojado é uma das partes do corpo humano na qual se verifica se a pessoa está viva. Remover isso de Dario é extrair dele a própria essência. Entende-se que a vida deveria ser salvaguardada pelo Estado, o que não ocorre no conto em questão, esse direito à vida está apregoado na CF de 88, no caput do artigo 5º dessa régia, o qual diz que todos são iguais perante a lei, sem a ocorrência de qualquer distinção, garantindo tanto aos brasileiros quanto aos estrangeiros que residem no país, a inviolabilidade de alguns direitos, incluindo o relacionado à vida.

A aliança também é outro objeto surgente na história “Resta na mão esquerda a aliança de ouro, que ele próprio quando vivo - só destacava molhando no sabonete” (MORICONI, 2009, p. 253). Esse objeto que representa “(...) o sentido de compromisso ou de pacto, relativo a uma pessoa ou a coletividade” (CHEVALIER e GHEERBRANT, 2001, p. 31) e que também na sociedade está profundamente associada ao casamento, demonstra que a personagem tinha um casamento, principalmente pelo fato de Dario estar com ela na mão esquerda. Quando no texto aparece a informação “E o dedo sem a aliança” (MORICONI, 2009, p. 253), permite ao leitor compreender que foi destituída dele a união, a família, as quais careceriam estar recobertas. A

Carta Magna preceitua essa proteção no caput do artigo 226 “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”.

A presentificação da aliança traz ao texto uma movimentação cíclica, pois ela remete ao círculo que possui o significado de “O simbolismo do círculo abrange o da eternidade ou dos perpétuos reinícios” (CHEVALIER e GHEERBRANT, 2001, p. 253) o que sugestiona que essas retiradas do ser humano são recorrentes no seio social, algo que se perpetua, como se houvesse um início e final traçados, um ciclo completo.

Além dos objetos outras informações são colocadas ao longo do texto que levam ao leitor a compreender gradativamente as turbulências esconsas perpassadas por Dario. Os números que aparecem no decorrer do conto dão essa possibilidade. O número três que se encontra nos trechos “Dois ou três passantes” (MORICONI, 2009, p. 253); Um terceiro sugere lhe examinem os papéis (MORICONI, 2009, p. 253); “Três horas depois” (MORICONI, 2009, p. 253) sugestiona o sentido de “três fases da existência: aparecimento, evolução e destruição” (CHEVALIER e GHEERBRANT, 2001, p. 902). Esse número evoca a impossibilidade da personagem continuar a existir, ratificando sua incapacidade de perpetuar a vivência.

Outro número presente no texto é o dezessete “Várias pessoas tropeçam no corpo de Dario, pisoteado dezessete vezes” (MORICONI, 2009, p. 253). Esse algarismo que tem a representação de “nefasto na Antiguidade romana, porque as letras que o compõem, XVII, são as que, mudada a ordem, compõem a palavra VIXI, eu vivi” (CHEVALIER e GHEERBRANT, 2001, p. 336) carrega consigo a significação de que viver para Dario não é permitido. Essa numerologia pode ser associada claramente ao inciso III, do artigo 5º da CF, porém contradizendo o que deveria existir na experiência humana, no que tange o espaço brasileiro. Ele fala sobre “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante”, porém isso não é verificado nessa história, pois o que ocorre a personagem é um total desprezo a existência humana, ninguém “enxerga” Dario, cometem com ele um tratamento repleto de desumanidade.

A expressão “É largado na porta de uma peixaria. Enxame de moscas lhe cobre o rosto” (MORICONI, 2009, p. 253) transmite a imagem de podridão, uma vez que várias moscas juntas lembram que estão sobre algo fétido, em decomposição; a peixaria também relembra ao leitor o cheiro ruim, os restos, visto que com frequência isso é percebido na porta desses lugares. As moscas também podem ser associadas ao meio social, pois são várias e geralmente quando estão assim depositam larvas para se multiplicarem mais, isso denota no texto um símbolo de que esse tipo de situação é algo que não vai findar. Todas essas significações transmitem ao leitor um processo de que o personagem foi colocado à margem da sociedade, largado nesse meio que o deglute.

A ausência do Estado é percebida de forma clara em alguns momentos da diegese. O rabeção que apesar de ser chamado e de já ter passado muito tempo após a morte de Dario não se faz presente no texto “Três horas depois, lá está Dario à espera do rabeção” (MORICONI, 2009, p. 253). A questão da saúde, a qual é relatada no conto como ausente, visto que não aparece nenhuma ambulância para prestar socorro, sendo que a personagem é carregada pelos transeuntes para ir a uma farmácia e largado logo após, por ser um peso para o seio social “Não carregam Dario além da esquina; a farmácia no fim do quarteirão e, além do mais, muito peso” (MORICONI, 2009, p. 253). A Constituição cidadã visa em seu artigo 196 que “A saúde é direito de todos e dever do Estado”, mas que no conto fica explícito a ausência do Estado perante o

cidadão, uma vez que Dario não consegue ajuda, sendo deixado para morrer de forma gradativa.

Outro fator interessante na obra é a ausência de nomeação aos outros seres que passam o texto e que de alguma maneira cruzam o caminho de Dario, fornecendo para o leitor algumas contribuições interessantes. “O senhor gordo, de branco” (MORICONI, 2009, p. 253), “o rapaz de bigode” (MORICONI, 2009, p. 253), “A velhinha de cabeça grisalha” (MORICONI, 2009, p. 253), “Um senhor piedoso” (MORICONI, 2009, p. 253) e “Um menino de cor” (MORICONI, 2009, p. 253), aparecem no conto envoltos de sintagmas nominais pertinentes a observação. Precipuamente, vale lembrar que o fato de ninguém possuir nome, relembra ao leitor a ausência de identidade do indivíduo, o qual pelo fato de não ter nomeação, desemboca também no não ser.

Sabe-se que a Carta Magna traz o direito a personalidade quando relata em seu art. 1º, inciso II que tem como um dos fundamentos a cidadania. Ou seja, não possuir um nome é não poder exercer seu direito de cidadão, quando Dalton descarrega várias pessoas sem nome próximas de Dario ratifica a significação de que ele não exerce seu direito de cidadão, bem como também evoca que isso não ocorre somente a personagem da história, mas que pode acontecer com outros também.

O contista transmite com adjetivação dada a essas pessoas uma sensação de morte que envolve o texto, uma vez que a cor branca é colocada em mais de um momento na obra “de branco” “grisalha”, essa cor que é “a cor da morte e do luto (...) da mortalha” (CHEVALIER e GHEERBRANT, 2001, p. 142) prenuncia que o findar de Dario é certo. O substantivo surgente relacionado ao idoso também é preponderante “senhor”, que aparece duas vezes e “velhinha” que faz referência a essa fase da vida, mostrando que as pessoas que falam ou demonstram algum tipo de preocupação são seres que também são marginalizados na sociedade brasileira, equiparando o personagem trevisaniano a esse mesmo patamar.

No fim do conto, observa-se o auxílio de uma pessoa negra, a qual é colocada como “Um menino de cor e descalço”. Essa expressão é bem interessante, pois quem ajuda Dario nessa passagem é alguém também marginalizado na sociedade, os negros, demonstrando aqui a discriminação e igualando Dario a esse processo discriminatório, pois o menino também se encontra desprotegido, pode-se perceber isso no vocábulo “descalço”, ou seja, da mesma forma em que se encontra a personagem principal nesse momento do conto. O inciso IV, do parágrafo 3º da CF declara que um dos objetivos fundamentais da constituição é “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Ao enfatizar essa expressão “de cor”, o autor evoca totalmente o contrário disso, relatando que esses preconceitos, ainda, são perpetuados na sociedade.

A vela, objeto, bastante, utilizado em cerimônia fúnebre, simbolizando um momento de passagem, como se fosse uma iluminação para o outro caminho é colocada para Dario, porém apagada posteriormente “O toco de vela apaga-se às primeiras gotas da chuva, que volta a cair” (MORICONI, 2009, p. 253). Isso demonstra que para ele nem a morte é de forma digna, não há um processo de findar dessa etapa funesta. A chuva que havia passado no início do conto, retorna no final, demonstrando também esse processo cíclico, observando que todas as ocorrências a Dario poderão acontecer com outros cidadãos. Como também ela que carrega consigo em um ditado popular que fala “Que chuva em dia de algum velório, significava que a morte não era aceita ou esperada. Que a pessoa não queria morrer”, ou seja, há a retirada de Dario do meio

social, a ele não é garantido os seus direitos básicos, isso faz com que sua existência seja auferida mais rápida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, entende-se o quanto os diálogos entre Direito e Literatura são extremamente pertinentes e capazes de instaurar profundas reflexões acerca da sociedade. De forma profícua, o Direito aparece nos textos a partir da visão social destrinchada sob um âmbito literário.

A concretização desse trabalho visou destrinchar aspectos que comprovem que a personagem Dario é inserida num ambiente destituído de direitos, os quais seriam primordiais para sua existência. Através desse intercruzamento entre essas duas áreas de conhecimento, usando como objeto analisado o conto de Trevisan, comprovou-se que alguns direitos constitucionais da personagem foram cerceados, como também houve entendimento de que ele não vivencia sua cidadania de forma plena.

Entende-se, também, que embora o texto tenha sido escrito em 1964, outro momento histórico, em que a sociedade enfrentava outras problemáticas, e, o fato dos direitos do homem terem sido expostos de forma mais cidadã na CF de 1988, todos os acontecimentos do conto ainda são extremamente presentes na coletividade hodierna e que apesar de várias modificações ocorridas ao longo do tempo, isso ainda está arraigado no seio social.

Compreende-se que embora a Constituição Federal promulgue em seus artigos várias réguas relacionadas à cidadania, e, em especial aos que foram analisados nesse trabalho, tais quais, o artigo 1º que preconiza o direito à cidadania; o artigo 5º que relata vários direitos no decorrer de seus incisos, tais quais o direito à liberdade de locomoção, à inviolabilidade a liberdade de crença, o direito à igualdade, à vida, à ausência de submissão a questão a tratamento desumano ou degradante; o artigo 6º relate o acesso à segurança, assim como o artigo 144; e, o artigo 196 fale sobre o direito à saúde de forma digna, comprovou-se que a personagem não está enlevada por eles, bem como se entende, que, ainda, há muitos brasileiros desprovidos de seus direitos primordiais, trazendo assim, uma relação mais aproximada entre Dario e a realidade.

O propósito dessa análise textual baseada nos objetos alocados na obra, e, a cada momento sendo retirados de forma brusca, procurou nos vocábulos o próprio reflexo do caminho pelo qual a personagem passa. Sendo também utilizados em alguns momentos outros trechos do conto para reforçar a ideia do trabalho.

Comprovou-se que o texto constitucional tem uma relação com o conto, no que diz respeito aos direitos referentes ao cidadão, os quais ali não são praticados de forma plena a garantir uma vivência digna a Dario. Evidenciando seu percurso no texto, entende-se o quão necessário é a existência desses direitos de forma real, não somente relatados no papel, pois só assim, o homem romperá suas amarras.

REFERÊNCIAS

ANGHER, Anne Joyce. Vade Mecum Universitário. 25. ed. São Paulo: Rideel, 2019.

AZEVEDO, Elaine Fasollo de. Michel Foucault e "O alienista" de Machado de Assis. 2009. 53 f. Monografia (Graduação) - Curso de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=8110eaeb55d8f5ed>. Acesso em: 07 set. 2021.

BARCELLOS, Ana Paula de. Curso de Direito Constitucional. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

BOSI, Alfredo. O Enigma do Olhar. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. Dicionário de Símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números). 17. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

CULLER, Jonathan. Teoria Literária: uma introdução. São Paulo: Beca Produções Culturais Ltda, 1999. Tradução Sandra Vasconelos.

EAGLETON, Terry. Teoria da Literatura: uma introdução. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. Tradução Waltensir Dutra.

ECOINFORME (org.). Curso Ensina Costumes Indígenas para ter Experiências Espirituais e Cura. 2018. Elaborada por ECOinforme. Disponível em: <https://ecoinforme.com.br/cachimbo-sagrado-cura-espiritual-dos-indios/>. Acesso em: 09 jul. 2021.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

TREVISAN, Dalton. Os Cem Melhores Contos Brasileiros do Século. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. Organizador Ítalo Moriconi.